

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0021583

F
981
C377

TINHO CAVALCANTI

Deputado Federal por São Paulo

BRASÍLIA

Atitude nacional de libertação e seus críticos

*Discurso pronunciado da Tribuna
da Câmara dos Deputados.*

IMPRESA NACIONAL

1960

F 328.32
C376b

COUTINHO CAVALCANTI

Deputado Federal por São Paulo

BRASÍLIA

Atitude nacional de libertação e seus críticos

*Discursopronunciado da Tribuna
da Câmara dos Deputados.*

30021583

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1960

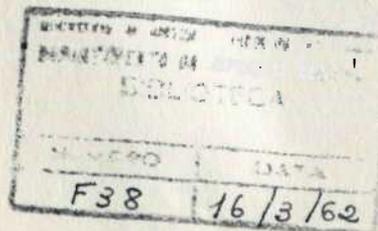
v
328.32
C3766

Documentos têm sido divulgados, pela imprensa e pela tribuna da Câmara, contendo críticas sobre Brasília. Quase todos, apesar da aparência pretendidamente objetiva e isenta, não conseguem esconder nem uma posição acadêmica, nem um tipo de raciocínio interessado na manutenção dos termos e esquemas mais atrasados dos problemas brasileiros. Alguns, ingenuamente traídos na maneira de colocar as questões, nas situações e na seleção dos argumentos, representam peças críticas cuja origem, intenção e paternidade são facilmente alcançadas por uma verificação mais atenciosa. Senão, vejamos o trato que tem tido o assunto pelos seus adversários mais ferrenhos, excluindo-se, é claro, aqueles que, por interesses personalíssimos, por demagogia ou por pura idiocrasia pelo Governo, usam processos menores de crítica. Assim, vamos considerar os aspectos principais que foram tratados pelos detratores de Brasília.

POSIÇÃO ACADÊMICA

É evidente o susto que Brasília provoca em alguns brasileiros de mentalidade vinculada a um tino de economia colonial e a expressões de pensamento de dependência cultural. Brasília, dando certo a liquidação dessa mentalidade e dessa economia, será fato incontornável. Daí a arremetida que se deve reconhecer como gesto de legítima defesa por parte daqueles que sempre esperaram que certas pretensões nacionais de libertação econômica e cultural não passariam de sonhos inócuos de alguns idealistas. Aos primeiros piniais de concretização de velhas teses nacionais, o susto se revela.

Na verdade, desde o século passado essa mentalidade nunca supôs que um dia se levasse avante o sonho de José Bonifácio; por isso concediam paternalmente que alguns brasileiros pensassem nêles em termos utópicos. Mas a utopia sendo o resultado típico das proposições da era capitalista, uma concessão que as classes dirigentes confiantes na sua permanência indefinida, fariam às forças do pensamento que não possuíam lastro suficiente para



lhes causar **mossa**, tradicionalmente constituía um tipo de manifestação incapaz de ação **efetiva** dentro do esquema do capitalismo. Daí o **susto** que provoca a verificação inesperada do surgimento de condições inéditas com efetiva capacidade de realização. O susto de constatar que foram ultrapassadas aquelas condições que permitiam a D. Pedro II conceder terras aos anarquistas de Colônia Cecília, ou dos americanos do norte permitirem as experiências de Cabet, sem temor nenhum. O sentido da tentativa texana e dos anarquistas italianos era utópico.

No caso de Brasília, porém, o próprio temor de que sua realização venha responder a uma efetiva intenção nacional extrai a iniciativa do plano utópico e a situa como um valor cuja consideração já é inevitável e seus resultados de atuação indiscutível. Na verdade, Brasília não é mais uma ilha longínqua, uma Passárgada para os poetas, como não é também, como Camberra e Nova Delhi, uma imposição de tipo colonial. É uma intenção nacional longamente **lastreada** na história, é uma manifestação da cultura nacional através dos trabalhos da sua arquitetura de vanguarda, é um indicio de coragem do brasileiro que se dispõe a enfrentar seus problemas fora dos esquemas do imperialismo cultural.

O **antiacademismo** de Brasília é evidente desde o fato de ser uma **tese** nacional contrária aos esquemas de dependência econômica, cultural e política vigentes até o fato de constituir uma expressão afirmativa da arquitetura nacional que os estrangeiros já aprenderam a admirar e respeitar mas que alguns restos de mentalidade ultrapassada ainda põem em dúvida.

Na verdade, a incapacidade de situar o problema de Brasília como intenção nacional válida dos pontos de vista social, econômico e cultural se estende também a própria incompreensão desta iniciativa em simples termos de crítica, **digamos**, tradicional. Todos os arrazoados publicados e **falados**, cujas citações, fontes de informações e de argumentos revelam um bem-estar e um excelente encaixe numa classe dirigente acostumada ao apuro verbal e à aparência de lógica e ciência irretorquível ainda que fundados alguns deles num latim de **vão** baixo e na literatura e ciências interessadíssimas de certos autores.

SEGURANÇA NACIONAL

No domínio da Segurança Nacional por exemplo, se limitam ao grande achado: as armas modernas teriam promovido uma rotação de 180° na técnica beligerante. Com raciocínios simplórios desta ordem, os franceses, primeiro, entregaram a França a

Hitler e Lavai e depois a De Gaulle. O domínio de Hitler, a perda da Indochina e o problema da Argélia são questões «militares» de uma economia de raízes coloniais em cuja trama não cabem outros raciocínios nem mesmo talvez os de um plano Marshall; para os brasileiros entretanto, o problema da Segurança Nacional está solidamente travado às questões de posse efetiva do território nacional, aos problemas de industrialização, de energia e de vias de comunicação. **Felizmente**, a juventude do nosso Exército democrático parece estar bem mais consciente do que certos jornais, financistas e sociólogos. Os estudos que são feitos na E. S. G., as estradas que o Exército constrói, como a BR-14, a ativa participação dos nossos oficiais na montagem do nosso processo de industrialização, constituem provas de uma mentalidade esclarecida que ultrapassou de muito aquela visão restrita de um Exército cuja missão estaria restrita à manutenção da Ordem no que esta tem de mais simples e policial. Não tem dúvida que ao Exército democrático do Brasil interessam, **sobremaneira**, os problemas de saúde econômica e social do povo do qual provém a sua gente, as questões de independência econômica e cultural sem cuja solução as técnicas de guerra equivalem apenas a técnicas de briga. O conhecimento do interior brasileiro, que antes era quase um privilégio de poucos cientistas nacionais ao lado de muitos cientistas estrangeiros e de um punhado de aventureiros mais afoitos, hoje representa uma problemática da inteligência nacional no que esta tem de mais arguta e de mais conforme a nossa formação mestiça. O Exército possui uma tradição que valoriza esta problemática. Em primeiro lugar, porque seus componentes, soldados e oficiais, também procedem de regiões brasileiras que estão longe de noticiário, fora do alcance de críticas de sociólogos e de concessões que preocupam economistas. Depois porque já teve experiências, e às vezes **dolorosas**, de ação dificultada pelo abandono que a mentalidade oficial relegava as regiões mais profundas do território nacional. A retirada da Laguna, a penetração simbolizada pela figura magnífica do Marechal Rondon e os desastres resultantes da falta de comunicações interiores aos tais experiências não encontram acolhida no espírito de todos os tempo da última guerra, são exemplos gritantes. Naturalmente, críticos. Também para as teses destes últimos não tem significação alguma um fato que, **em** termos de criação nacional, vale dizer, em termos de Segurança Nacional, representa qualquer coisa de fundamental na nossa tradição; sempre que os interesses reinóis obstruíam o processo da formação nacional -- como no caso das bandeiras paulistas ou na questão da expulsão dos **holandeses** -- os brasileiros agiram apesar e contra as teses oficiais. É claro,

portanto, que a colocação do problema da Segurança Nacional fora da órbita do raciocínio segundo o qual o Exército Brasileiro seria apenas e simplesmente o *Serva Dorsum* e não, como é realmente, um agente fundamental da integração nacional, acusa um sentimento incompreensível das forças que agem no Brasil. Mas a verdade é que tanto a cidade de São Paulo onde se concentra hoje um potencial industrial de largas perspectivas, e onde se aninha uma população altamente concentrada, como os últimos retirantes de Mato Grosso no Amazonas, que a [] ainda urna efetiva ocupação, equivalem a [] partes fundamentais do território nacional e como tal são sentidas e devem ser tratadas.

ECONOMIA

Do ponto de vista econômico a mesma posição acadêmica é [] da pelos críticos de Brasília. E esta posição se concentra na preocupação de opor a iniciativa privada à iniciativa estatal. Atual [] nessa preocupação se esconde um problema: como se arranjar um aqueles cuja vida e prosperidade estão vinculados ao esquema de economia colonial no caso de vingarem os esforços nacionais de independência, vale dizer, no caso de serem rompidos os compromissos que a economia de tipo colonial propôs para a estrutura urbana e agrária que os sustenta. Brasília é uma manifestação dêste esforço; a exploração das riquezas nacionais em todos os pontos do nosso território é outra manifestação deste esforço; a ocupação efetiva dêste território por aquela população nacional que oferece índices vigorosos de crescimento é também manifestação deste esforço: a perspectiva de um mercado de 200 milhões de latino-americanos para a nossa produção é, afinal, ainda outra manifestação dêste esforço; e a tentativa legítima sob todos os aspectos, de realizar um pioneirismo sadio em matéria de propor uma penetração estranha às condições-limites da economia de aproveitamento e de uma imaginação utópica, opondo a estas um gesto afirmativo da cultura nacional, confiante nas suas possibilidades e confiante no seu espírito criador, é uma manifestação desse esforço particularmente cara ao orgulho nacional. De modo algum pode ser aproximado da pretensão de Jefferson de oferecer uma linguagem clássica ao espírito imperialista inglês que se transferia para a América do Norte. A época é outra, os problemas são outros, as intenções são diferentes, e os resultados, tudo leva a crer que sejam os de uma cultura e de uma humanidade sem pretensões de domínio, sem pretensões de forjar diferenças ou discriminações. O brasileiro quer apenas valorizar o que é seu, mesmo que êste seu pareça o mais pobre e

o mais discreto aos olhos acostumados ao deslumbramento fácil que aproveita populações já concentradas, trabalhos já realizados. É significativo que as mesmas pessoas que são contra Brasília, sejam contra a Petrobrás, contra a arquitetura brasileira, contra a industrialização, contra qualquer disciplina que contenha a evasão de divisas, contra qualquer iniciativa ou realização que signifique valorização da cultura e do pensamento brasileiros. Aham que o país está dando um passo maior que as pernas. Gritam contra as iniciativas que visem limitar os lucros de capitais estrangeiros e sua nacionalização, mas julgam muito natural que os Estados Unidos tenham feito isso ao tempo da sua independência. Gritam contra a proteção à nossa indústria, mas julgam que a Inglaterra foi muito hábil quando fez a mesma coisa, inclusive contra os então interesses nacionais. Pretendem que a base da nossa economia deva ser o café, a exportação de produtos primários e a importação, muito mais barata, de produtos industrializados. Tanto nossas cidades como nossa rede viária devem conter-se nos limites que sirvam a êsse esquema, no qual estão eles instalados e auferindo grandes vantagens. Sua fundamentação na história se encontra no célebre relatório de Câmara Coutinho que aconselhava o governo metropolitano trancasse todos os caminhos cujo difícil controle facilitava o descaminho do ouro. Essa política metropolitana foi, entretanto, a mesma política de avestruz que transformou Portugal num vinhedo da Inglaterra e carreu o ouro mineiro para as arcas do capitalismo inglês. O que se viu, nessa época colonial, em contrário a essa política — e isso foi feito pelos brasileiros contra e apesar do pensamento oficial — promoveu a unidade nacional, criou condições para ulteriores desenvolvimentos internos, movimentos internamente na população existente e contribuiu de um modo fundamental para o desenho do atual território do país.

É uma posição acadêmica que conduz à comparação entre Brasília e os exemplos históricos. Nem Versailles nem Washington podem ser aproximados de Brasília como conteúdos políticos e sociais, porque tanto uma como outra foram o resultado de problemas políticos imediatos. No primeiro caso, o Rei queria realmente fugir da massa inquieta e no segundo o imperialismo americano escolheu conscientemente uma linguagem aristocrática de acordo com suas pretensões, como quem recolhe um estilo, um móvel ou uma gravata. A interiorização da capital brasileira ao contrário, está expressa no pensamento nacional, o qual alimenta a convicção de que esta solução significa também uma atitude em face dos problemas sociais e econômicos. A estrutura social e eco-

nômica montada na colônia e desenvolvida no Império e na República contém naturalmente conquistas positivas, cujo significado potencial apresenta perspectivas sadias para o desenvolvimento nacional. Seria uma bobagem substituir São Paulo ou o Rio de Janeiro; mas é evidente estultice reduzir a capacidade nacional de invenção a essas duas capitais. É inegável a contribuição dos ciclos do açúcar e do ouro e do café para a formação nacional, mas é infantilidade pensar que a capacidade nacional de desenvolvimento está limitada aos fatos consignados pela História. Ouro Preto também foi, ao seu tempo, uma instalação aparentemente destituída de justificativas econômicas locais. Mas hoje, para os que querem ver, Ouro Preto, além de monumento nacional significativo pela sua arquitetura, representa uma experiência que deve ser computada pelo pensamento nacional, pois representou no século dezoito uma solução nacional para uma estrutura econômica regional. Liquidada a economia do ouro, a validade da antiga Vila Rica foi consumada; mas restou o exemplo histórico da sua autenticidade como solução nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife etc. foram determinadas por fatores válidos para as estruturas do café da burocracia imperial e republicana, da burocracia colonizadora, da burguesia urbana que constituía o «background» do ciclo do açúcar. Tais situações foram, entretanto, ultrapassadas. A estrutura econômica e social em desenvolvimento no Brasil exige também algumas soluções urbanas significativas das tendências atuais. E as tendências atuais se manifestam em que põe o desgosto de alguns, no sentido de promover uma independência cultural e econômica preconizadora de uma valorização nacional sem preconceitos de regiões. Daí a importância de Brasília, ao simbolizar esta autêntica pretensão nacional de ocupação integral do nosso território de desenvolvimento integral de todas as possibilidades do potencial econômico, de valorização de todas as perspectivas disponíveis. Restringir essa ocupação apenas à racionalização das áreas já experimentadas pelos ciclos econômicos passados, a atividade criadora nacional ao aproveitamento de algumas perspectivas travadas à economia de exploração exaustiva de regiões já ocupadas, resumir as intenções de desenvolvimento econômico apenas às perspectivas já enunciadas pela estrutura existente, equivale a barrar o ímpeto nacional exatamente naquelas direções novas que são particularmente caras ao sentimento pioneiro do brasileiro. Vem de S. Paulo um exemplo histórico que não pode ser esquecido como um dos muitos exemplos da experiência nacional que demonstram a inutilidade de certas tentativas de conter os ímpetos coletivos

em determinadas direções. No começo do século passado, numa das tradicionais crises do café, o pensamento oficial reunido em Taubaté determinou conter o ímpeto pioneiro da lavoura paulista, que então rumava para a ocupação das terras do Oeste, então habitadas pelos índios coroados e xavantes. Quando os organismos oficiais deram acordo de si, tais áreas estavam em pleno regime de ocupação progressiva, mesmo contra os dispositivos oficiais estabelecidos. Mais tarde se constatou que a saída ilegal dos aventureiros paulistas vinha responder não só a uma necessidade oficialmente reconhecida pela necessidade de segurança nacional (construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil) mas também a uma manifestação incontornável da estrutura econômica. Os fatos como esse valorizam de um modo particular no julgamento das decisões que pretendem se constituir numa resposta adequada às tendências coletivas, aqueles fatores de sensibilidade que geralmente não encontram guarida no pensamento acadêmico. A crítica de influência potencial de Brasília nos âmbitos das condições limites de uma economia tipo tradicional não está conforme, portanto, com a intenção que o brasileiro sempre teve em relação a este problema de interiorização da capital do país; justamente avançar sobre os limites de uma formulação econômica avançante, contra a qual lutamos com os nossos melhores esforços.

FATÔRES POLÍTICO-SOCIAIS

Do ponto de vista dos fatores político-sociais, as fronteiras tradicionais de condicionamento direto, tais como aqueles que insinuaram a fuga da realeza para Versailles não tem mais sentido algum como anotou acertadamente um crítico de Brasília. Particularmente no Brasil, onde a sensibilidade política coletiva é capaz de atingir níveis consideravelmente elevados nas suas manifestações mais sinceras e fundamentais — preconceitos de raça, religião, econômicos etc. — e assumir uma posição idealista às vezes exacerbada (Rui Barbosa mandando queimar os documentos da escravidão, legislação trabalhista teórica etc.) os fatores que comandam as decisões não são geralmente, nem nunca foram, aqueles procedentes de um contato primário e direto com os problemas particulares. Preferem como ponto de partida as proposições idealistas que caracterizam as mais sinceras e profundas manifestações do espírito nacional. E ainda neste particular vale anotar o alto grau de pureza que os arquitetos brasileiros — Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — atingiram nos seus projetos para Brasília. Enquanto as opiniões mundiais mais responsáveis e abalizadas encontram nesta manifestação da cultura nacional um motivo de

admiração e uma oportunidade de vislumbrar a contribuição nacional para a civilização, meia dúzia de interessados procura picuinhas e razões menores para tecer arrazoados acadêmicos em torno de uma iniciativa que, como qualquer iniciativa grandiosa, pode ter seus erros e deslizes, mas que não deixa de ser por isso uma das mais significativas manifestações do atual esforço nacional de auto-afirmação.

À arremetida simplória dos críticos de Brasília contra a tendência nacional em pesquisar soluções puras e limpas para os problemas humanos é mais uma crítica chorosa contra uma das mais legítimas, valiosas e características tendências do pensamento nacional. Pensamento que não acolhe nem preconceitos teóricos, nem preconceitos de raça, nem de religião, nem de qualquer espécie, mas que prefere pesquisar soluções através das quais a sua humanidade mestiça e livre possa apresentar-se diante do mundo como um exemplo de correção, de bondade, de verdadeiro espírito cristão, limpo da lama do pecado capitalista, limpo da exploração do homem pelo homem, limpo da pecha da discriminação contra o que quer que seja.

Combatei uma iniciativa corajosa como Brasília, iniciativa capaz de salvar o nome do presidente Juscelino Kubitschek de qualquer crítica que se lhe possa fazer e combater pretendendo responsabilizar Brasília pelas tendências inflacionárias que atingem mesmo países como os E. U. A., que nem pensam numa nova capital e se tectam de euforia financeira, essa é, sem dúvida, uma posição que não está interessada numa crítica justa. A evasão de divisas resultante da falta de preparo técnico dos profissionais brasileiros é, do ponto-de-vista econômico, muito mais responsável pelo encarecimento da nossa produção. A obsolescência das nossas instalações, resultante do condicionamento da nossa economia aos interesses de um esquema internacional da produção, esta pode ser imputada como uma chave da crise de dinheiro em que nos debatemos. A tendência a seguirmos os conselhos interessadíssimos de hábeis especialistas estrangeiros que manifestam uma generosidade sem par em dar conselhos aos brasileiros, aí está uma pedra no sapato nacional. Em Brasília, não. Brasília, no contrário, significa uma atitude nacional capaz de remover essa pedra. «Há uma pedra no caminho», mas não Brasília, que certamente a removerá.

*

A propósito do discurso, também transcrito no «O Semanário», o autor recebeu a seguinte carta do Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott :

Prezado Deputado Coutinho Cavalcanti.

Li, com atenção e agrado, o artigo de sua autoria, publicado no «O Semanário», número 195 desse jornal. Apraz-me felicitá-lo pela análise feita sob o título Brasília, Atitude de Libertação Nacional, e seus críticos, na qual abordou com serenidade, conhecimento dos fatores intervenientes os diferentes pontos que têm sido objeto de críticas à construção da nova capital, nem sempre justa, e não raro, descabidas.

Permita-me — embora a grande extensão do seu artigo, onde praticamente nenhum ponto de interesse foi omitido, — que lhe exponha alguns pontos de vista que, no meu entender, corroboram os brilhantes tópicos do seu artigo.

A uma nação, não basta haver um dispositivo de segurança e todos os (ou alguns) meios para efetivá-lo. É necessário que se criem condições de segurança, entre outras :

— a posse efetiva de todo o território.

— o estabelecimento de comunicações entre as diversas regiões que o compõem.

— a regularidade das relações populacionais.

— e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos recursos naturais e da riqueza nacional.

Embora a evolução e o progresso das armas de guerra, agora, como antes e futuramente, a conquista de um território somente se concretiza pela posse, isto é, pela efetiva ocupação com o elemento humano. Enquanto essa posse fôr negada, pela presença dos detentores atuais, ninguém pode admitir que tenha havido conquista.

A manutenção do território que recebemos dos nossos antepassados, a permanência, praticamente intacta, das lindes do Brasil Colonial até os dias de hoje. Deve-se à posse que, precariamente, embora, têm sido realizada pelas Forças Armadas, em particular pelo Exército, com seus postos, seus Fortes e suas Colônias Militares, sediados nas regiões fronteiriças, bem como pelos núcleos de população que se formara à sua volta. Não sei se os críticos «metropolitanos» conhecem lugares que se chamam Içá, Forte Príncipe da Beira, Estirão do Equador e outros muitos mais que pontilham a fronteira Norte e Noroeste... O Exército os conhece bem e, muitos deles, são familiares à FAB ou à Marinha que cooperam para sua manutenção e sobrevivência. A presença dêsses elementos — além da função social que exercem agluti-

nando núcleos esparsos de população naquelas vastíssimas áreas, oferecendo-lhes segurança e a certeza da nacionalidade a que pertencem - - reafirma, diariamente, a posse do território e a integridade da linde aos possíveis aventureiros. . .

O enorme esforço que vem sendo realizado, profícuo embora, não bastaria para assegurar-nos. Indefinidamente, a integridade da enorme área interior, com população rarefeita e esparsa e sem meios de ligação suficiente. Era necessário criar condições que possibilitassem a sua ocupação efectiva pelo estabelecimento de centros ou de linhas de atração que, pela sua posição ou direcção, permitissem o carreamento do elemento humano, da produção e da riqueza das zonas mais desenvolvidas para as zonas rarefeitas do interior, criando novas riquezas, estimulando a produção e o consumo e humanizando os ermos atuais.

Brasília e as estradas que a ela demandam, ou que dela se irradiam, respondem a essa necessidade em escala digna do verdadeiro continente que possuímos, repetindo, em termos nacionais, as iniciativas que deram lugar a Goiânia, Londrina, Andradina, para citar algumas das mais conhecidas localidades que simbolizam o progresso e a riqueza de vastas zonas até bem pouco tempo sem expressão económica ou social. Este é, talvez, um argumento que raramente ocorre aos críticos «metropolitanos».

Concordo com o prezado Deputado : há muito «susto» por aí. . . porque estão sendo criadas condições efetivas de afirmarmos a posse do nosso território e possibilidades de desenvolver, no grau que ela merece, esta grande Nação de que tanto nos orgulhamos.

Subscrevo-me seu patrício, mui cordialmente,

(a) **Henrique Duffles Teixeira Lott.**